



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
UNIDADE AVANÇADA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – CABEDELLO
BR 230, KM 11 - Renascer - Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo - PB - CEP: 58310-000
Fone: (83) 3245 28247 Ramal 228/229 - Email: licitação.uaaf.cabedelo@icmbio.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2012
PROCESSO Nº. 02150.000200/2012-16
DATA DE ABERTURA: 15/08/2012
HORÁRIO: 14:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
ACESSO ELETRÔNICO AO EDITAL E PARTICIPAÇÃO: www.comprasnet.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2012

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, por intermédio da sua Unidade Avançada de Administração e Finanças UAAF-CABEDELLO, situada na Flona da Restinga de Cabedelo – BR 230 Km 11, Bairro Renascer, Estrada de Cabedelo- CEP: 58310-000 – Cabedelo/PB, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local acima indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS – tipo menor preço por item**, conforme autorização contida no Processo nº **02150.000200/2012-16**, nas condições previstas neste edital e seus anexos, de acordo com o que dispõe a seguinte legislação:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 e suas alterações
Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001
Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001
Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005
Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007

Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência.
ANEXO I/A	Planilhas de composição de preços
ANEXO II	Modelo de Ata de Registro de Preços.
ANEXO III	Pedido de Compra/Fornecimento por Registro de Preços

1. OBJETO

Contratação de empresa por meio de PREGÃO ELETRÔNICO (Sistema de Registro de Preços), do tipo menor preço por item, para futura aquisição de

HIPOCLORITO DE SÓDIO, conforme especificações e quantitativos constantes do presente Termo de Referência, para manutenção das piscinas e oceanários do **CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE MAMÍFEROS AQUÁTICOS – CMA**.

1.1 Os licitantes ficam obrigados a observar as especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência) deste edital, ainda que estejam diferentes daquelas registradas no sistema.

2 – DOS ESCLARECIMENTOS INICIAIS E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS

2.1.1. O Pregão Eletrônico é um procedimento licitatório, regulamentado pelo Decreto 5.450, de 31 Maio 2005, onde o fornecedor faz o encaminhamento de sua proposta de preços por intermédio da internet e, no horário previsto em edital para a abertura da sessão, toma conhecimento das demais propostas de preço e tem oportunidade de participar da etapa competitiva oferecendo sucessivos lances de menor valor por meio do sistema Pregão Eletrônico disponível no sítio COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br). Para uso desse sistema, o fornecedor deve possuir uma senha de acesso que poderá ser obtida cadastrando-se em área especialmente destinada a fornecedores existentes naquele endereço eletrônico.

2.1.2. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens e prestação de serviços, regulamentada pelo Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

2.1.3. Nesta licitação, será firmada uma **Ata de Registro de Preços**, que é um documento vinculativo do licitante com a administração pública, com característica de compromisso para futura contratação, onde os vencedores manterão seus preços registrados **durante o período de 12 (doze) meses**, não podendo ser renovado, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados no Pregão. Tornando-os disponíveis a todos os órgãos integrantes para que, caso o desejem, efetuem suas aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame. A fim de manter o controle nas futuras adesões faz necessário a remessa da cópia da Nota de Empenho dos objetos empenhados deste Pregão pelos órgãos integrantes.

2.1.4. O licitante poderá cotar preços para quantidades iguais ou inferiores àquelas solicitadas no Anexo I, deste Edital, desde que essas quantidades não sejam inferiores a 1/3 (um terço) do total exigido. Ao preço do primeiro

colocado poderão ser registrados tanto fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total para o item. Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

2.2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as empresas que:

2.2.1. Atendam às condições deste Edital e seus anexos;

2.2.2. Desempenhem atividades que tenham pertinência com o ramo do objeto licitado;

2.2.3. Estejam obrigatoriamente cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a Instrução Normativa MARE nº 5, de 1995, e que atendam a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto ao prévio credenciamento, na forma do item 3.3;

2.2.3.1 As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas (Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002);

2.2.4. Não poderão participar as empresas licitantes interessadas que se encontrem sob processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como empresas constituídas na forma de fundação, consórcio ou cooperativa.

2.3. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

2.4. O licitante, no caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), em campo próprio do sistema eletrônico, deverá declarar que, para fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar 123/06, atende aos requisitos do Art. 3º desta Lei. A falta de atendimento a esta exigência implicará na preclusão do direito de exercer sua preferência.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e

de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no sítio: www.comprasnet.gov.br.

3.2. Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica. (Art. 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

3.3. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão. (Art.3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

3.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio promotora da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

4. DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta de preços, com a descrição do objeto, em conformidade com o Termo de Referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, ou seja, às **14:00h (Horário de Brasília) do dia 15/08/2012**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21, do Decreto nº 5.450/2005).

4.2. A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante (Art.21, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.3. Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (Art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.6. A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 13, Inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

4.7. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.(Art. 13, Inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

4.8. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. A simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância da legislação.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico, via internet, para o e-mail licitacao.uaaf.cabedelo@icmbio.gov.br.

5.1.1. Não serão reconhecidos os pedidos de esclarecimentos encaminhados intempestivamente ou por meio de fax ou, ainda, por qualquer outro meio diferente do previsto no item anterior.

5.2. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão;

5.2.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas;

5.2.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

5.2.3. A impugnação deverá ser encaminhada por meio eletrônico, através do e-mail licitacao.uaaf.cabedelo@icmbio.gov.br, e entregue na UAAF/CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, situada na Flona da Restinga de Cabedelo – BR 230, Km 11, Bairro Renascer, Estrada de Cabedelo – CEP: 58310-000 – Cabedelo/PB.

5.2.4. Não serão aceitas petições de impugnação sem assinatura do representante legal da empresa, intempestivas, ou enviadas por fax ou

outro meio diferente dos previstos no subitem anterior.

5.3. Ressalvada a obrigatoriedade, pela legislação de regência, de sua publicação na internet, imprensa oficial e/ou em jornal de grande circulação, os esclarecimentos e as respostas às impugnações somente serão encaminhadas à pessoa interessada e às demais empresas interessadas que confirmarem o recebimento deste Edital, mediante o envio do Termo de Retirada de Edital pela internet.

6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A partir das **14:00h (Horário de Brasília) do dia 15/08/2012**, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº **13/2012**, com a divulgação das Propostas recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/05, publicado no DOU de 31 de maio de 2005.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

6.3. A eventual desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DA FASE DE LANCES

7.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (Art. 24, do Decreto nº 5.450/2005).

7.2. Observado o horário fixado para a formulação de lance e as regras de sua aceitação, a licitante será imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6. Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, o valor do menor lance registrado vedado a identificação da licitante.

7.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

7.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, observado, quando for o caso, o disposto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10.1. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8. DO CUMPRIMENTO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO A SER DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) – Lei Complementar nº. 123/2006.

8.1. Relativamente aos artigos 3º, 42 e 43, da Lei Complementar nº 123/2006, que tratam do enquadramento e habilitação das ME/EPPs, além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da Empresa, refletida no Sistema após o encerramento da fase de lances, o fornecedor, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, deverá declarar que atende os requisitos do artigo 3º para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

8.2. Ainda no que tange à habilitação, o favorecimento estabelecido nos artigos 42 e 43, da Lei Complementar nº. 123/2006 permite ao fornecedor, ME/EPP, entregar a documentação com possíveis restrições, as quais deverão ser sanadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por mais 02 (dois) dias quando for o caso. A habilitação é um procedimento do pregoeiro, não implicando em qualquer alteração do Sistema, além da declaração já mencionada.

8.3. Relativamente ao empate para a modalidade “Pregão” de propostas entre fornecedores de médio e grande porte e ME/EPP, previstos nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, o Sistema de Pregão Eletrônico passa a disponibilizar funcionalidade que, após o encerramento da fase de lances, identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPPs na ordem de classificação.

8.4. A proposta de ME/EPPs que se encontrar na faixa até 5% acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira colocada e terá o direito, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate.

8.4.1. Para viabilizar o procedimento referido no item 8.4, o Sistema selecionará os itens com tais características, disponibilizando-os automaticamente nas telas do pregoeiro e fornecedor, encaminhando mensagem também automática, por meio do chat, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido. Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

8.4.2. Caso sejam identificadas propostas de ME/EPPs empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa dos 5% da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.5. A negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos fornecedores participantes.

8.6. O pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Concluída a etapa de lances a empresa detentora do menor lance, em cada item, deverá encaminhar sua proposta, contendo as especificações detalhadas do objeto com os preços unitário e total (conforme modelo do Anexo I/A) atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, por intermédio do Sistema Eletrônico, através do link "Anexar", e em original ou cópia autenticada, via sedex, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do encerramento da etapa de lances.

9.2. A proposta de preços deverá conter os seguintes dados:

9.2.1. O preço, que deverá ser detalhado com o menor preço unitário, expresso em reais (R\$), computando todos os custos necessários para

a execução do objeto da licitação, bem como todas as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta Licitação;

9.2.2. Razão social da empresa licitante, endereço completo, telefone, fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta-corrente e o responsável pela proposta, seu telefone, fax e e-mail;

9.2.3. Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação. Na falta de tal informação será considerado aceito o prazo citado neste inciso;

9.2.4. A qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, nacionalidade e profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (contrato social ou procuração);

9.2.5. Planilha de composição de preços, conforme modelo constante do Anexo I/A.

9.3. Havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o pregoeiro proceder às retificações necessárias.

9.4. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

10.2. O julgamento das propostas será realizado verificando-se o menor preço unitário.

10.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o pregoeiro divulgará o Resultado de Julgamento da Proposta e a licitante deverá comprovar, de imediato, sua situação de regularidade, na forma do item 11.

10.4. Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.4.1. Ocorrendo à situação a que se refere o subitem 10.4, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital e seus Anexos, forem omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

10.6. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

10.7. O preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar é aquele descrito no Anexo IA.

10.8. As quantidades a serem cotadas, em cada item, são aquelas descritas no Termo de Referência (Anexo I).

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento imediato da documentação através do Fax (83)3245-2847, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada observado o prazo acima estabelecido.

11.2. A habilitação da licitante vencedora será verificada “on line” no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, após a análise e julgamento da Proposta de Preços, devendo, ainda, apresentar os seguintes documentos:

11.2.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

11.2.2. Declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores.

11.2.3. As Declarações de que tratam os subitens 11.2.1 e 11.2.2 estarão disponíveis no sistema eletrônico e deverão ser enviadas na ocasião do cadastramento da Proposta de Preços.

11.2.4. Declaração de que não está sob pena de interdição temporária de direitos, de que trata a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Crimes Ambientais), conforme o modelo a seguir:

MODELO 01 (em papel personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO

(LEI Nº 9.605/98)

A empresa abaixo qualificada, interessada em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº__/2012** declara, sob as sanções cabíveis, de que não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/98.

Razão Social: CNPJ/MF:

Tel. e Fax: Endereço/CEP:

Local e data

Nome e assinatura do declarante_____

(número da identidade ou do CPF)

11.2.5. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não possuam prazos de validade, somente serão aceitas com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas;

11.2.6. Atestado de capacidade técnica fornecida por pessoa de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou esteja prestando serviços compatíveis com o objeto desta licitação;

11.2.7. Comprovação da boa situação financeira da licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), analisada automaticamente pelo SICAF;

11.2.7.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 11.2.7. deverão comprovar o capital mínimo de 10% (dez por cento), do valor cotado, de acordo com os §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº. 8.666/93;

11.2.8 Declaração de garantia, através de carta assinada pelo responsável pela empresa com firma reconhecida, conferindo garantia quanto à qualidade e troca do(s) produto(s) por um prazo não inferior ao prazo dado pelo fabricante.

11.2.9 - Declaração de Elaboração Independente de Proposta (§ 2º do art. 1º da IN/SLTI nº 02, de 16 de setembro de 2009).

11.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, para tal regularização, contados a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do

certame;

11.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro;

11.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

11.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará a licitante inabilitada, observado, quando for o caso, o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem acima, importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

12.1.2. As razões e as contra-razões de recurso deverão ser enviadas, exclusivamente, através do Sistema Eletrônico, no site www.comprasnet.gov.br

12.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.3. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.4. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulários próprios, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, enviados por fax, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação, situado na Flona da Restinga de Cabedelo – BR 230 Km 11, Bairro Renascer, Estrada de Cabedelo- CEP: 58310-000 – Cabedelo/PB.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso ou após sua apreciação, pela autoridade competente;

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14. DA ENTREGA DO OBJETO

14.1. O(s) material(ais) deverá(ão) ser entregue(s), nas quantidades solicitadas pelo CMA/ICMBio, a expensas da vencedora, no prazo máximo estipulado no subitem 7.1. do Termo de Referência, contados a partir da solicitação do CMA/ICMBio, no endereço descrito no Termo de Referência.

15. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os materiais deverão ser aceitos, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, por servidor designado pelo CMA/ICMBio, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais ofertados com as especificações constantes do Termo de Referência.

15.1.2. Definitivamente, após verificação de qualidade e quantidade dos materiais.

16. DAS OBRIGAÇÕES:

16.1. São obrigações da CONTRATADA:

16.1.1. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Lei;

16.1.2. Designar preposto responsável pelo atendimento a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, devidamente capacitado e com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do Contrato;

16.1.3. Manter atualizados o endereço, o(s) telefones e o fax para contato com responsável da empresa ou preposto designado para receber comunicação de ocorrências relacionadas com a execução do objeto da contratação;

16.1.4. Consultar o Fiscal do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativos ao objeto deste contrato, submetendo-lhe em tempo hábil quaisquer questões que possam implicar alteração de suas especificações;

16.1.5. Prestar garantia integral, referente à qualidade e troca imediata do produto, com reposição dos itens ofertados, quando forem entregues fora do padrão especificado no Termo de Referência.

16.1.6. Fornecer todos os bens, bem como se responsabilizar pelas despesas realizadas com a entrega ou substituição dos mesmos;

16.1.7. Adotar todas as providências necessárias à realização do fornecimento e da garantia, de forma a não comprometer o andamento normal das atividades do CMA/ICMBio e a segurança das instalações existentes;

16.1.8. Acatar integralmente as exigências da UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio quanto à execução do objeto contratado;

16.1.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio relativamente ao objeto do Contrato;

16.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio quanto à execução do objeto contratado;

16.1.11. Indenizar a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio por quaisquer danos diretamente causados por profissional a serviço seu, ficando a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, desde já, autorizado a descontar o valor correspondente da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA;

16.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste, informando a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio sobre ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;

16.1.13. Manter atualizados o endereço e os dados bancários para a efetivação de pagamentos.

16.2. São obrigações da CONTRATANTE:

16.2.1. Exercer a fiscalização dos materiais entregues na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

16.2.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;

16.2.3. Efetuar o pagamento dos materiais entregues nas condições estabelecidas neste contrato;

16.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as respectivas especificações.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, por meio de ordem bancária, ao banco a ser indicado pela Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da entrega definitiva com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

17.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, serão eles restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

17.3. Para fins de habilitação ao pagamento, será procedida consulta "ON LINE" junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado, para verificação da situação da CONTRATADA, relativamente às condições de habilitação exigidas no Edital, bem como consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão impressos e juntados ao Processo próprio.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – DA VIGÊNCIA

18.1. O registro de preços será formalizado por intermédio de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma da minuta constante do Anexo III e nas condições previstas neste Edital.

18.2. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá validade de 12 (doze) meses, não podendo ser renovado.

18.3. A UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio convocará formalmente o fornecedor, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

18.4. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

19. DOS USUÁRIOS DA ATA

19.1. Poderão utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame, as entidades usuárias do material relacionado no Anexo I do Edital, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei N.º. 8666/93, nos Decretos nº 3.931/01 e nº 4.342/02, relativas às compras pelo Sistema de Registro de Preços.

19.1.1. Nos termos do art. 8º do Decreto nº 3.931/01, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer

órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 3º do art. 8º do mesmo diploma legal.

19.1.2. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os materiais registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto no subitem 20.1.3 deste Edital.

19.1.3. É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, a preferência de fornecimento, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

20.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

20.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preço;

20.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

20.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.

20.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa será formalizado por despacho da autoridade competente da UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio.

20.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

20.4. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante. (Redação dada pelo art. 14 do Decreto nº 4.342, de 23/08/2002)

21. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

21.1. A UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, será o órgão responsável pelo controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido de compra.

21.2. A emissão dos pedidos de compras/fornecimento será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de empenho, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por contrato nas hipóteses em que tais cláusulas se fizerem necessário.

21.3. A Administração não emitirá qualquer pedido de compra sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

21.4. A convocação dos fornecedores, pelos órgãos usuários, será sempre formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido de compra, além da menção da Ata de Registro de Preços a que se refere.

21.5. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido de compra ou empenho no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

22. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DE QUANTITATIVO

22.1. A UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio poderá adquirir quantitativos superiores àqueles registrados para os itens, limitado-se a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global estimado.

23. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

23.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Nº 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

23.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

23.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

23.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

23.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

23.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

23.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

23.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

23.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

23.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

23.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração da UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) ou 10 (dez) dias úteis, conforme art. 87, § 2º e 3º da lei 8.666/93, a contar da notificação, aplicar à licitante vencedora contratada as seguintes penalidades:

24.2.1. Advertência;

24.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

24.2.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo

não superior a dois anos;

24.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, não previsto neste Edital, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do pregoeiro e aviso no sítio www.comprasnet.gov.br, informando nova data e horário.

25.2. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente, em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, nesse caso, para as licitantes, qualquer direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

25.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

25.4. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

25.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.6. Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

25.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição do produto pela administração.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

25.10. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do item 25 do Edital, o lance é considerado proposta.

25.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos poderão ser obtidas no Setor de Licitações, situado na Flona da Restinga de Cabedelo – BR 230 Km 11, Bairro Renascer, Estrada de Cabedelo- CEP: 58310-000 – Cabedelo/PB ou pelo telefone (83) 32452847, Email: licitacao.uaaf.cabedelo@icmbio.gov.br

25.13. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Cabedelo, em _____ de _____ de 2012

**Júlio Mattos De Lyra
Pregoeiro**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

De acordo com a Estrutura regimental do **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**, cabe a esta Autarquia executar as políticas nacionais das unidades de conservação da natureza, referente às atribuições federais permanentes, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade.

Para a consecução daquelas atribuições institucionais o ICMBio mantém o **CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE MAMÍFEROS AQUÁTICOS – CMA** através de sua Sede Nacional, localizada na Ilha de Itamaracá/PE para a execução do correto manejo dos peixes-boi mantidos em cativeiro, sendo necessário para tal, o fornecimento adequado de produtos que assegurem a sanidade dos 22 peixes-bois cativos que existem atualmente no Centro.

Estudos recentes têm demonstrado que o monitoramento da qualidade de água é importante para a sobrevivência dos animais mantidos em cativeiro. A experiência de execução desta atividade no CRAS/CMA/PE demonstra que a qualidade de água dos recintos em que são mantidos os peixes-bois é um fator de suma importância, pois, é na água onde os animais realizam as suas funções vitais, tais como, a alimentação e excreção. A manutenção da boa qualidade desta água é fundamental para a saúde dos animais, pois podem conter uma vasta variedade de microorganismos aeróbicos e anaeróbicos. É essencial que os dejetos sejam tratados, visando remover os microorganismos patogênicos, assim como, aqueles que causam odores indesejáveis. Portanto, sua continuidade é imprescindível para a manutenção da qualidade de vida dos animais.

O tratamento químico adequado, que varia com o tipo e a fonte de dejetos, pode eliminar os riscos de enfermidades e remover compostos prejudiciais para os mamíferos marinhos em cativeiro. Os níveis de contaminação toleráveis e os padrões sanitários de qualidade da água para a manutenção de mamíferos aquáticos em cativeiro são

estabelecidos por legislações em função do uso pretendido.

A manutenção da qualidade de água encontra-se inserida na Instrução Normativa de N^o 03, de 08 de fevereiro de 2002 para recintos de Mamíferos Aquáticos no Brasil, sendo necessário para tal, o fornecimento adequado de produtos que assegurem a sanidade dos animais cativos. Diante dessa realidade, o tratamento químico adequado, estabelecido para as águas dos oceanários, foi o uso de hipoclorito de sódio.

No item 2.2 consta a especificação do hipoclorito de sódio, apresentando os valores mínimos e máximos para cada elemento, o cloro líquido a ser adquirido deve se estar entre os valores apresentados, afim de não comprometer a eficiência do produto em água salgada ou causar danos à saúde dos animais.

DESCRIÇÃO DA ÁREA

O CMA/ICMBio dispõe de 07 oceanários, 08 piscinas e três cambiamentos para manejo dos animais. Sendo três oceanários e os dois cambiamentos localizados na área destinada à visitação pública e o restante na área de isolamento, totalizando um volume de aproximadamente 1.512,02 m³ de água. A água para abastecimento de todos os oceanários é proveniente diretamente do mar, onde é adquirida através de duas bombas com suas respectivas encanações (canos de PVC de 75mm).

TABELA 1 – Dimensões dos oceanários do CMA

OCEANÁRIOS (O) e PISCINAS(P)	FORMATO	PROFUNDIDADE MÉDIA (m)	VOLUME (m³)	DIMENSOES (DHM/diâmetro/ compr. x largura)
O 1	Octogonal	4,00	348,80	10
Cambiamiento 1	Retangular	1,20	21,20	4,4 x 4,0
O 2	Octogonal	4,00	348,80	10
Cambiamiento 2	Retangular	1,20	21,20	4,4 x 4,0
O 3	Octogonal	2,00	174,40	10

O 4	Retangular	3,20	67,84	5,3 x 4,0
O 5	Retangular	1,50	31,80	5,3 x 4,0
P 6	Retangular	1,00	9,89	4,3 x 2,3
P 7	Circular	0,90	8,10	3,0 x 3,0
P 8	Circular	0,90	6,60	2,7 x 2,7
P 9	Retangular	1,50	11,07	3,6 x 2,05
P 10	Circular	0,90	8,10	3,0 x 3,0
P 11	Retangular	1,10	10,56	4,0 x 2,40
P 12	Circular	0,90	8,10	3,0 x 3,0
P 13	Retangular	1,10	10,56	4,0 x 2,40
O (em L)	Retangular	4,0	200,00	10,0x5,0
Cambiamento 3	Retangular	2,0	25,0	5,0 x 5,0
O (em L)	Retangular	4,0	200,00	10,0x5,0
TOTAL		1.512,02 m³		

- Oceanários de visitação

Os oceanários destinados à visitação pública são: ocn1, ocn2 e ocn3. Entre estes oceanários estão localizados os cambiamentos 1 e 2, para recepção da água do mar e posterior tratamento com cloração e filtração (Fig. 1).



Figura 1 – Vista dos oceanários de visitação.

- Oceanário de reintrodução

Os oceanários de reintrodução são: ocn 4 e ocn 5. O abastecimento se dá no oceanário 4 e 5, independentemente, e a drenagem também independente. O processo de filtração e cloração ocorre somente no oceanário 4, pois no oceanário 5 é onde os animais se alimentam e passam à noite. Diariamente o oceanário 5 é esvaziado e limpo, e abastecido com água do mar clorada e filtrada no cambiamento 1. Estes oceanários não possuem cambiamento entre eles, somente uma comporta que os separa (Fig. 2). Depois que o oceanário 5 é limpo e abastecido levanta-se a comporta deixando os animais de livre acesso entre os dois oceanários.



Figura 2 – Vista dos oceanários de reintrodução.

- Piscinas dos filhotes

As piscinas dos filhotes são do número 6 ao 13 (Fig.3). O abastecimento pode ser água proveniente do mar ou água do poço, ou ainda, se necessário, água do mar juntamente com água do poço. Como já mencionado anteriormente, existem duas bombas puxando água direto do mar, assim como, duas bombas puxando água de dois poços artesianos, cada um com aproximadamente seis metros de profundidade.



Figura 3 – Vista das piscinas dos filhotes.

- Oceanários em “L”

Os oceanários em são L destinados á reabilitação. Entre estes oceanários está localizado o cambiamento 3(Fig. 4).



Fig.4-Vista dos oceanários em “L”

ROTINA DIÁRIA DE MANEJO DOS OCEANÁRIOS

As análises físico-químicas da água dos oceanários são realizadas diariamente e as análises bacteriológicas semanalmente, como mencionado anteriormente (TABELA 2).

TABELA 2– Frequência das análises físico-químicas e bacteriológicas.

Análises	Frequência
Temperatura	2 X ao dia
Salinidade	2 X ao dia
Transparência (Disco de Secchi)	2 X ao dia
pH	2 X ao dia
Oxigênio Dissolvido	2 X ao dia

Cloro	2 X ao dia
Cor	2 X ao dia
Coliformes fecais	Semanal
Coliformes totais	Semanal

Ao longo dos 30 anos da criação do Projeto Peixe-Boi, com atividades de pesquisa e manejo tendo como objetivo principal a sua conservação, foi criada a meta para a melhoria da qualidade de água dos oceanários do CMA com suas respectivas atividades nas quais estão dando continuidade, visando à manutenção e monitoramento da qualidade da água armazenada nos oceanários.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa por meio de PREGÃO ELETRÔNICO (Sistema de Registro de Preços), do tipo menor preço por item, para futura aquisição de HIPOCLORITO DE SÓDIO, conforme especificações e quantitativos constantes do presente Termo de Referência, para manutenção das piscinas e oceanários do CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE MAMÍFEROS AQUÁTICOS – CMA.

2.2 ESPECIFICAÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Apresentação Comercial	Quantidade solicitada
01	Hipoclorito de sódio-densidade (1,160 g/cm ³ - mínimo a 1,224 g/cm ³ -máximo); cloro ativo (10%-mínimo a 12,66%-máximo); hidróxido de sódio livre 8,0 g/l-mínimo a 25,0 g/l-máximo); ferro (2,08 ppm-mínimo a 5 ppm-máximo); mercúrio(0 ppb hg a 300,0 ppb hg-máximo) Local para entrega: Sede Nacional do CMA Endereço: Estrada do Forte Orange s/n – Ilha de Itamaracá-PE.	Líquido	60.000 litros anuais

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2003, publicado no DOU de 18 de julho de 2003, que institui a modalidade pregão e Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no DOU de 09 de agosto de 2000 e suas alterações, que regulamenta a modalidade do Pregão, o Decreto nº 5.450/05 que regulamenta o pregão na forma eletrônica, Decreto 3931 de 19 de setembro de 2001 que regulamenta o registro de preços, Lei Complementar nº 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

4.1. A entrega dos produtos, após a celebração do contrato, deverá ser feita sob demanda, na sede do CMA/ICMBio, localizada na Estrada do Forte Orange, s/n Ilha de Itamaracá/PE, no prazo de cinco dias (05) a partir do período de entrega, no horário de 8 às 10 horas, a contar do recebimento do termo de requisição, o qual conterá a especificação e a quantidade do material solicitado, bem como a identificação e assinatura da autoridade competente. A primeira via do referido documento ficará com a Contratada e a segunda via devolvida ao Contratante com o registro do recebimento pela empresa fornecedora (data, assinatura e identificação do funcionário).

4.2. O recebimento dos materiais objeto da contratação estará condicionado à conferência, exame e aceitação final, obrigando-se a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectadas num período inferior a 24 horas.

4.3. O manuseio dos itens fornecidos deverá ocorrer com o uso de luvas e máscaras evitando a contaminação dos mesmos.

4.4. O material será objeto de conferência detalhada em momento posterior à sua entrega, reservando-se ao responsável pelo seu recebimento, o direito de rejeitá-lo caso não satisfaça as especificações exigidas na licitação.

4.5. O produto a ser fornecido deverá estar de acordo com a legislação específica no que diz respeito às normas de embalagem, rotulagem, composição e registro no Ministério da Saúde/ANVISA, INMETRO e Código de Defesa do Consumidor, quando for o caso.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Lei;

5.1.2. Designar preposto responsável pelo atendimento a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, devidamente capacitado e com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do Contrato;

5.1.3. Manter atualizados o endereço, o(s) telefone (s) e o fax para contato com responsável da empresa ou preposto designado para receber comunicação de ocorrências relacionadas com a execução do objeto da contratação;

5.1.4. Consultar o Fiscal do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativos ao objeto deste contrato, submetendo-lhe em tempo hábil quaisquer questões que possam implicar alteração de suas especificações;

5.1.5. Fornecer todos os produtos, bem como responsabilizar-se pelas despesas com a entrega dos itens ofertados.

5.1.6. Adotar todas as providências necessárias à realização do fornecimento e da garantia, de forma a não comprometer o andamento normal das atividades das Unidades de Conservação do ICMBio e a segurança das instalações existentes;

5.1.7. Acatar integralmente as exigências da UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, quanto à execução do objeto contratado;

5.1.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio relativamente ao objeto do Contrato;

5.1.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio quanto ao fornecimento do objeto contratado;

5.1.10. Indenizar a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio por quaisquer danos diretamente causados por profissional a serviço seu, ficando a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, desde já, autorizada a descontar o valor correspondente da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA;

5.1.11. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste, informando a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio sobre ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;

5.1.12. Manter atualizados o endereço e os dados bancários para a efetivação de pagamentos.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

5.2.1. Exercer a fiscalização dos materiais entregues na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

5.2.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;

5.2.3. Efetuar o pagamento dos materiais entregues nas condições estabelecidas neste edital;

5.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as respectivas especificações.

6. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

6.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os materiais, diretamente por gestor designado;

6.2. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a UAAF-CABEDEL/DIPLAN/ICMBio designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.3. Da mesma forma, a contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pela UAAF-CABEDEL/DIPLAN/ICMBio, representá-la na execução do Contrato;

6.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a UAAF-CABEDEL/DIPLAN/ICMBio.

7. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA.

7.1 Os materiais deverão ser entregues, sob demanda do CMA/ICMBio, as expensas da vencedora, conforme especificações e quantidades descritas no subitem 2.2 do Termo de Referência no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da nota de empenho, que será no seguinte endereço:

CMA/ICMBio – Estrada do Forte Orange, s/n – Bairro Forte Orange – Ilha de Itamaracá-PE – CEP: 53900-000. Fones: (81) 3544-1056/1731/1835.

8. DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. Os materiais deverão ser aceitos, da seguinte forma:

8.1.1. Provisoriamente, por Servidor responsável pela Unidade recebedora, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais ofertados com as especificações constantes neste TR;

8.1.2. Definitivamente, após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e conseqüente aceitação pela Unidade recebedora.

8.2. À UAAF-CABEDEL/DIPLAN/ICMBio fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega do material, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

8.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir da data de entrega definitiva, mediante a apresentação da Nota Fiscal, a qual deverá ser apresentada no local (entrega) indicado no item 7 deste TR.

8.4. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da CONTRATADA junto ao SICAF e o CADIN, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantido direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio poderá, além da pena prevista no subitem anterior, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

9.3. As sanções previstas no subitem 9.2 poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) ou 10 (dez) dias úteis, conforme art. 87, §§ 2º e 3º da lei 8.666/93.

10. AS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, acréscimos determinadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor adjudicado, na forma do § 1^a do art. 65, da Lei 8.666/93 atualizada;

10.2 Os casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

10.3 O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da execução deste contrato, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do estado da Paraíba.

Meyre Lúcia de Souza Santos
Port. 603/2011
Chefe de Serviço

DE ACORDO. Lei 8666/83.

Em, ____ de _____ de 2012.

Julio de Mattos Lyra
Chefe Substituto da UAAF/ICMBio-Cabedelo

ANEXO I/A

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	APRESENTAÇÃO COMERCIAL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Hipoclorito de sódio-densidade (1,160 g/cm ³ -mínimo a 1,224 g/cm ³ -máximo); cloro ativo (10%-mínimo a 12,66%-máximo); hidróxido de sódio livre 8,0 g/l-mínimo a 25,0 g/l-máximo); ferro (2,08 ppm-mínimo a 5 ppm-máximo); mercúrio(0 ppb hg a 300,0 ppb hg-máximo) Local para entrega: Sede Nacional do CMA Endereço: Estrada do Forte Orange s/n – Ilha de Itamaracá-PE.	Líquido	60.000 litros anuais	2,63	157.800,00

Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive tributos e/ou impostos, fretes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral dos serviços objeto da contratação.

ANEXO II

PREGÃO Nº 13/2012

PROCESSO Nº 02150.000200/2012-16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2012

Aos ____ dias do mês de _____ de 2012, na _____ em _____, por seus representantes legais, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nº. 3.555, (alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001), nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, nº. 4.342, de 23 de agosto de 2002, nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão por Registro de Preços nº ____/2012, Ata de julgamento de Preços, homologada pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material de consumo referente ao(s) item(s) nº _____, _____ conforme consta no Termo de Referência (Anexo I do Edital), que passa a fazer parte integrante desta ata, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, _____, CNPJ:, residente e domiciliada na, _____.

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, não admitida renovação na forma do art. 4º, § 1º e 2º, do Decreto nº. 3.931/01.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO REGISTRADO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos materiais especificados e quantificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão/SRP Nº ____/2012, conforme quadro abaixo:

Item	Material	Quant.	Valor unitário	Valor Global
			Valor Total	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação no Diário Oficial da União, durante o qual a UAAF/CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio não será obrigada a adquirir o(s) produto(s) referido(s) na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas fornecedoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos interessados em participar, em qualquer tempo, desde que autorizados pela UAAF- CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio e em conformidade com o § 3º do art. 8º do Decreto nº 3.931/01, incluído pelo Decreto nº 4.342/02.

3.2 O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na Cláusula Primeira deste Instrumento, conforme proposta de preço apresentada no Pregão 13/2012.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1 O local de entrega do material será de acordo com as especificações do subitem 2.2 do Termo de Referência no endereço descrito abaixo:

- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: SEDE NACIONAL DO CMA

Estrada do Forte Orange, s/n – Bairro Forte Orange – Ilha de Itamaracá/PE
CEP:53.900-000 - Fone – (81) 3544 1056/1835.

Item	Material	Quant.

4.2 Os materiais deverão ser aceitos, da seguinte forma:

4.2.1 Provisoriamente, por servidor designado pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais ofertados com as especificações constantes da planilha supra.

4.2.2 Definitivamente, após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e da instalação dos mesmos.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE ENTREGA

5.1 Os materiais deverão ser entregues, sob demanda do CMA/ICMBio, as expensas da vencedora, de acordo com as quantidades constantes no item 2.2 do Termo de Referência, nos endereços descritos no item 7.1 do Termo de Referência, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, de segunda a sexta-feira, das 09 às 17 horas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado pela UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, por meio de ordem bancária, ao banco a ser indicado pela Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da entrega definitiva mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura, devidamente atestada pelo setor competente e planilha de atualização do total de produtos entregues.

6.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, serão eles restituídos

à Contratada para as correções necessárias, não respondendo a UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.3 Para fins de habilitação ao pagamento será procedida consulta "ON LINE" junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado, para verificação da situação da CONTRATADA, relativamente às condições de habilitação exigidas no Edital, bem como consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão impressos e juntados ao Processo próprio.

6.4 As despesas referentes ao objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da União, existentes nas dotações da UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio e Unidades descentralizadas apoiadas ou dos órgãos e entidades usuários, na data dos respectivos empenhos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 A UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio, será o órgão responsável pelo controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitados pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido de compra.

7.2 A emissão dos pedidos de compras/fornecimento será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de empenho, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por contrato nas hipóteses em que tais cláusulas se fizerem necessário.

7.3 A Administração não emitirá qualquer pedido de compra sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

7.4 A convocação dos fornecedores, pelos órgãos usuários, será sempre formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido de compra, além da menção da Ata de Registro de Preços a que se refere.

7.5 O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido de compra ou empenho no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

7.6 A empresa deverá manter atualizadas planilhas com referências as quantidades entregues. Em hipótese alguma poderá exceder a quantidade descrita no item 1.1.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração da UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) ou 10 (dez) dias úteis, conforme art. 87, § 2º e 3º da lei 8.666/93, aplicar à licitante vencedora contratada as seguintes penalidades:

8.2.1 Advertência;

8.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

8.2.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

8.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

9.1.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preço;

9.1.2 Não retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

9.1.4 Tiver presentes razões de interesse público.

9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ICMBio.

9.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DE QUANTITATIVOS

10.1 A UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio poderá adquirir quantitativos superiores àqueles registrados para o item, limitado-se a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global estimado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DOS PEDIDOS DE COMPRAS/FORNECIMENTO

11.1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Unidade Avançada de Administração e Finanças/Cabedelo.

11.2. A emissão dos pedidos de compras/fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizado pelo órgão requisitante, quando da solicitação dos produtos.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DO OBJETO

12.1. A empresa contratada deverá apresentar carta assinada pelo responsável pela empresa com firma reconhecida, conferindo garantia integral, referente à qualidade e troca imediata do produto, com reposição dos itens ofertados, quando forem entregues fora do padrão.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão 13/2012 com todos seus anexos, e a proposta da empresa: _____.

13.2. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária da Paraíba.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nº. 3.555, de 08 agosto de 2000, (alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001), nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. no que lhe couber.

Cabedelo ____ de ____ de 2012

Chefe da UAAF-CABEDELLO/DIPLAN/ICMBio

Representante da empresa

CPF

Empresa:

CNPJ

ANEXO III

**PEDIDO DE COMPRA/FORNECIMENTO POR
REGISTRO DE PREÇOS**

PEDIDO DE COMPRA / FORNECIMENTO POR REGISTRO DE PREÇOS		1-N °/.....
2-UNIDADE SOLICITANTE:		
3-Solicitamos abaixo a compra de, objeto do pregão por Registro de Preços nº ____/2012		
4-ITEM	5-ESPECIFICAÇÃO	6-QUANT
01	Aquisição de, conforme planilhas, em anexo.	
7 – JUSTIFICATIVA:		
8-PARA USO DA UNIDADE REQUISITANTE		9 - AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO
Responsabilizo-me pela solicitação do material constante deste Pedido. Encaminhe-se à, para autorização. Em ____/ ____/ ____ _____ Responsável/carimbo		Autorizo: () encaminhar ao....., para pesquisa de mercado, após, à para certificação orçamentária e à para emissão da Nota de empenho. () aguardar. () arquivar. Em ____/ ____/ ____ _____ Responsável/carimbo
10- PARA USO DA UNIDADE DE AQUISIÇÃO		11-INFORMAÇÕES
Nº da Ata: _____ Vigência: _____ Empresa: _____ Em ____/ ____/ ____ Responsável/carimbo		Certificação Orçamentária – fl..... Nota de empenho – fl.